

II Encontro Estadual dos Oficiais e Oficialas de Justiça do TJRS aborda o tema Algoritmos no Comando

A ameaça à soberania, ao trabalho e à democracia

1. Análise de Conjuntura

O II Encontro Estadual dos Oficiais e Oficialas de Justiça do TJRS ocorre em um contexto de profundas transformações tecnológicas, políticas e sociais. O avanço da Inteligência Artificial, o poder das big techs e a expansão de sistemas automatizados têm redefinido as relações entre Estado, sociedade e mercado.

Plataformas privadas concentram o controle sobre dados, fluxos de informação e processos decisórios, operando com baixa transparência e sem controle democrático. Os dados coletados por empresas tornam-se ativos estratégicos, utilizados para fins comerciais, ampliação de poder econômico e também como instrumentos geopolíticos e militares. No Judiciário, esse processo se expressa na crescente adoção de ferramentas tecnológicas que passam a mediar e orientar decisões, rotinas e prioridades institucionais, colocando em risco princípios como fundamentação das decisões, transparência e autonomia do Estado.

Paralelamente, o mundo do trabalho sofre reestruturação marcada pela precarização. A democracia também enfrenta novas ameaças: o debate público ocorre majoritariamente em redes sociais controladas por algoritmos opacos, que modulam afetos, direcionam conteúdos e influenciam percepções, impactando a opinião pública e processos eleitorais. Nesse cenário, o controle sobre dados e a mediação algorítmica ampliam o poder de interferência sobre a sociedade, favorecendo a captura do debate público e o enfraquecimento democrático. Diante disso, o debate sobre tecnologia não é neutro. Trata-se de uma disputa política sobre poder, soberania e o futuro do Estado.

2. Síntese dos Debates

O encontro reafirmou o papel dos Oficiais e Oficialas de Justiça como agentes estratégicos do Estado Democrático de Direito, destacando sua posição entre o Judiciário e a sociedade.

2.1 Reforma Administrativa e o Estado sob ataque

A Reforma Administrativa foi apontada como instrumento de desestruturação do Estado, com redução de direitos, fragilização das carreiras públicas e ampliação de vínculos precários. No Judiciário, isso se manifesta na substituição de servidores concursados por comissionados e terceirizados na perda de capacidade institucional.

2.2 Mundo do trabalho e precarização

A precarização do trabalho não é um fenômeno isolado, mas parte de um modelo que atinge também o serviço público. A intensificação do trabalho, a perda de direitos e a desvalorização profissional tornam-se cada vez mais presentes.

2.3 Democracia em disputa

A crise democrática está diretamente relacionada ao poder das plataformas digitais e à mediação algorítmica da informação. O controle sobre dados e fluxos comunicacionais redefine a forma como a sociedade se informa e participa politicamente.

2.4 Tecnologia e subordinação algorítmica

Os sistemas algorítmicos não são neutros. Incorporam interesses e operam a partir de lógicas definidas por seus controladores. A adoção acrítica dessas tecnologias no Judiciário pode resultar em perda de autonomia e subordinação a interesses privados.

2.5 Organização da categoria

Foi reafirmada a importância da organização coletiva como condição para enfrentar os desafios colocados pelas transformações em curso.

2.6 Saúde mental e condições de trabalho

As mudanças tecnológicas e organizacionais têm impacto direto sobre a saúde dos trabalhadores, ampliando a sobrecarga, o estresse e o adoecimento.

3. Soberania Digital como Eixo Estratégico

A defesa da soberania digital deve ser o eixo central na atuação da Abojeris. Controle público dos sistemas tecnológicos utilizados pelo Judiciário; transparência e auditabilidade dos algoritmos; proteção dos dados da população; reconhecimento dos dados como patrimônio social e não mercadoria; autonomia frente às big techs. Sem soberania digital, não há democracia.

4. Plano de Lutas da Abojeris

4.1 Em relação ao TJRS:

Exigir transparência no uso de IA e de sistemas automatizados; impedir decisões automatizadas sem fundamentação humana; defender a realização de concursos públicos; combater substituição de servidores concursados por comissionados e terceirizados; garantir participação dos trabalhadores na implementação tecnológica; criar mecanismos de auditoria e controle dos sistemas utilizados; assegurar condições dignas de trabalho; combater assédio com punição efetiva; garantir direito à desconexão, sem escalas de plantão excessivas; e exigir políticas de saúde mental para resolver problemas decorrentes do ambiente de trabalho.

4.2 Luta contra a Reforma Administrativa:

Combater, em todas as esferas, projetos que fragilizem o serviço público; denunciar a substituição de cargos efetivos por vínculos precários; defender a estabilidade como instrumento de proteção da sociedade; atuar com entidades nacionais contra retrocessos institucionais; e reafirmar o concurso público como forma democrática de acesso aos cargos no Estado brasileiro.

4.3 Tecnologia, dados e soberania:

Defender controle público dos dados do Judiciário; rejeitar dependência de plataformas privadas sem transparência; exigir auditabilidade e transparência dos algoritmos utilizados; combater exploração de dados por big techs; e combater tecnologias de vigilância e de coleta de dados sensíveis de crianças e adolescentes, especialmente biometria infantil.

4.4 Trabalho e valorização da categoria:

Combater a precarização no Judiciário; defender condições dignas de trabalho; e garantir valorização profissional dos Oficiais e Oficialas de Justiça.

4.5 Organização política:

Fortalecer articulação nacional e ampliar o debate sobre tecnologia e democracia.

5. Pautas Específicas da Categoria

5.1 Combate ao feminicídio e defesa da vida e dos direitos das mulheres:

Diante do cenário alarmante de feminicídios no RS em 2026, é necessário obter respostas imediatas do Estado. O encontro definiu como prioridade: a qualificação permanente da categoria no cumprimento de medidas protetivas, visto que os Oficiais de Justiça atuam na linha de frente, sendo responsáveis pela efetivação das medidas de proteção às vítimas de violência doméstica; construir com o tribunal de justiça um protocolo de atuação para uniformizar o trabalho dos oficiais de justiça em todas as comarcas do Estado e melhorar o trabalho com a rede de proteção, como delegacias de polícia, defensoria pública, brigada militar, ministério público e serviços da assistência social e saúde; e garantia de segurança para a categoria no cumprimento dos mandados judiciais.

5.2 Lotação paradigma e defesa da carreira

Combater a redução de postos de trabalho; exigir atualização anual da lotação paradigma; garantir que os dados reflitam a realidade concreta das comarcas; e utilizar informações atualizadas como base para o ano de 2026.

6. Conclusão

Ao enfrentar os debates sobre tecnologia, soberania e organização do Estado, a categoria reafirma seu papel de vanguarda nacional. O cenário atual amplia o risco de captura do debate público e reforça a necessidade de defesa da soberania digital como condição para a existência de uma democracia efetiva. Diante disso, o encontro reafirma o compromisso de não permitir que o futuro seja entregue a interesses privados. O futuro está em disputa. E não será entregue aos algoritmos.